

Sermão do Bom Ladrão, 1655 (excertos)

Padre António Vieira

Um rei, diz Cristo, Senhor nosso, fazendo ausência do seu reino à conquista de outro, encomendou a administração da sua fazenda a três criados. O primeiro acrescentou-a dez vezes mais do que era, e o rei, depois de o louvar, o promoveu ao governo de dez cidades: *Euge bone serve, quia in modico fuisti fidelis, eris potestatem habens super decem civitatis* (Está bem, servo bom: porque foste fiel no pouco, serás governador de dez cidades – Lc. 19,17). O segundo também acrescentou à parte que lhe coube cinco vezes mais, e com a mesma proporção o fez o rei governador de cinco cidades: *Et tu esto super quinque civitates* (Sê tu também governador de cinco cidades – Lc. 19,19). De sorte que os que o rei acrescenta e deve acrescentar nos governos, segundo a doutrina de Cristo, são os que acrescentam a fazenda do mesmo rei, e não a sua. Mas vamos ao terceiro criado. Este tornou a entregar quanto o rei lhe tinha encomendado, sem diminuição alguma, mas também sem melhoramento, e no mesmo ponto, sem mais réplica, foi privado da administração: *Auferte ab illo mnam* (Tirai-lhe o marco de prata – Lc. 19,24). Oh! que ditosos foram os nossos tempos, se as culpas por que este criado foi privado do ofício foram os serviços e merecimentos por que os dagora são acrescentados! Se o que não tomou um real para si, e deixou as coisas no estado em que lhas entregaram, merece privação do

cargo, os que as deixam destruídas e perdidas, e tão diminuídas e desbaratadas, que já não têm semelhança do que foram, que merecem? Merecem que os despachem, que os acrescentem e que lhes encarreguem outras maiores, para que também as consumam e tudo se acabe? Eu cuidava que, assim como Cristo introduziu na sua parábola dois criados que acrescentaram a fazenda do rei, e um que a não acrescentou, assim havia de introduzir outro que a roubasse, com que ficava a divisão inteira. Mas não introduziu o divino Mestre tal criado, porque falava de um rei prudente e justo, e os que têm estas qualidades — como devem ter, sob pena de não serem reis — nem admitem em seu serviço, nem fiam a sua fazenda a sujeitos que lha possam roubar: a algum que não lha acrescente, poderá ser, mas um só; porém a quem lhe roube, ou a sua, ou a dos seus vassalos — que não deve distinguir da sua — não é justo, nem reis quem tal consente. E que seria se estes, depois de roubarem uma cidade, fossem promovidos ao governo de cinco, e, depois de roubarem cinco, ao governo de dez?

(...)

Grande lástima será naquele dia, senhores, ver como os ladrões levam consigo muitos reis ao inferno; e para que esta sorte se troque em uns e outros, vejamos agora como os mesmos reis, se quiserem, podem levar consigo os ladrões ao Paraíso. Parecerá a alguém, pelo que fica dito, que será coisa muito dificultosa, e que se não pode conseguir sem grandes despesas, mas eu vos afirmo, e mostrarei brevemente, que é coisa muito fácil, e que sem nenhuma despesa de sua fazenda, antes com muitos aumentos dela, o podem fazer os reis. E de que modo? Com uma palavra, mas palavra de rei. Mandando que os mesmos ladrões, os quais não costumam restituir, restitua efectivamente tudo o que roubaram. Executando-o assim, salvar-se-ão os ladrões e salvar-se-ão os reis. Os ladrões salvar-se-ão, porque restituirão o que têm roubado, e os reis salvar-se-ão também, porque restituindo